

Empresários retornam descritores do Plano Brady

por Celso Pinto
de Nova York

A iniciativa Brady é um passo importante mas insuficiente para resolver os problemas da dívida externa e não deverá beneficiar o Brasil a curto prazo. Aliás, é ilusório esperar ajuda externa para resolver os problemas brasileiros: o início da solução é equacionar os problemas internos.

Estas foram algumas das conclusões, formalizadas numa nota divulgada na sexta-feira, de um grupo de nove empresários e um líder sindical, Luiz Antonio Medeiros, que estiveram, durante uma semana, discutindo dívida externa nos Estados Unidos. O grupo esteve com autoridades do Tesouro e do Departamento de Estado, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), do USTR, do Congresso, com banqueiros e com autoridades brasileiras.

"Apenas um governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) competente e moderno, uma sociedade informada e participativa, uma política econômica consistente e coerente visando ao crescimento com justiça social podem credenciar o Brasil a negociar digna e eficientemente sua dívida externa", diz o documento. Os empresários estão ligados à coordenação do movimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e são: Oded Grajew, Salo Seibel, Emerson Kapaz, Adauto Ponte, Fábio Starace, Eduardo Capobianco, Cássio Vecchiatti, Bruno Nardini e Joseph Couri. Medeiros teve de voltar ao Brasil na noite de quinta-feira, mas a avaliação que ele fez ainda nos Estados Unidos coincide inteiramente com o teor central da nota dos empresários.

A nota dos empresários menciona ainda um ponto que ficou ressaltado especialmente nos encontros que tiveram com congressistas: a importância atribuída às questões ecológicas. Nesta questão, lembra a nota, "os países em desenvolvimento são credores dos países industrializados". Na verdade, o grupo ouviu várias menções sugerindo que a questão ecológica poderia ser utilizada como arma de barganha pelo Brasil, sem arranhar a sua soberania.

De forma geral, os contratos do grupo nos Estados Unidos deixaram claro as dificuldades que o Brasil

enfrenta, hoje, para sensibilizar os credores para alguma solução mais duradoura para a dívida. Existe uma visão extremamente cética sobre o futuro imediato da economia, críticas ácidas sobre a credibilidade do atual governo, nenhuma inclinação a incluir o Brasil no Plano Brady e um consenso de que qualquer conversa séria só será possível depois da posse do novo presidente.

Este tipo de abordagem foi comum tanto em conversas com defensores do Plano Brady e de soluções mais ortodoxas quanto de seus críticos. O grupo teve um encontro em Nova York, por exemplo, com o professor Shafiqul Islam, um assessor sênior do respeitado Conselho de Relações Exteriores (Council on Foreign Relations).

O jovem professor (36 anos), nascido em Bangladesh, defende uma posição interessante em relação à dívida e ao Plano Brady — que ele expôs num recente depoimento ao subcomitê que trata da questão no Congresso. Ele acha que não se deve pensar mais nos bancos privados como fontes de recursos para financiar o desenvolvimento. Os bancos só fizeram isso durante os anos 70, em razão da reciclagem dos recursos do petróleo, e as consequências foram desastrosas. O desenvolvimento deve voltar a ser financiado por organismos internacionais adequados.

Portanto, não faz sentido incluir pedidos de dinheiro novo nos pacotes de nego-

ciação. No entanto, para que seja viável não considerar um aumento de endividamento dos países junto aos bancos é preciso que os bancos aceitem absorver perdas muito mais amplas em seus empréstimos do que as imaginadas pelo Plano Brady.

Islam calcula que só com a redução da dívida em níveis de 60 ou 70% seria viável equacionar duradouramente o problema em vários países devedores importantes. Esta é a má notícia. A boa é que, segundo os cálculos do professor, apresentados no Congresso, seria perfeitamente possível aos bancos absorver perdas, em média, equivalentes a 50% dos empréstimos feitos aos principais devedores sem com isso sofrer muito em suas contas. O professor calcula que, neste caso, os bancos teriam apenas que reduzir seus lucros, não de absorver prejuízos efetivos.

Outro ponto que ele enfatiza é a necessidade de o Plano Brady envolver uma discussão prévia entre o País, os bancos e as instituições como o FMI e o BIRD sobre o montante e o nível de desconto aplicável nas reduções. Esta abordagem, que está prevalecendo no caso do México, reduz em muito, em sua opinião, o grau de voluntarismo do esquema, mas certamente é muito mais adequada. Ele não vê, contudo, nenhuma perspectiva de o Brasil favorecer-se de iniciativas deste tipo sem antes definir um ajuste econômico necessário e ter uma definição política clara.

Bem mais pessimista foi uma conversa do grupo com um membro qualificado de um dos mais influentes escritórios de assessoria dos Estados Unidos, com grande experiência na questão da dívida externa. Na visão deste economista, um antigo funcionário sênior de um grande banco privado norte-americano, os pressupostos do Plano Brady são uma coerente continuação do antigo Plano Baker, ou seja, a ênfase estáposta na dimensão do ajuste que os próprios países devedores deveriam fazer em suas economias. De outro lado, o plano pressupõe que não haja dinheiro do contribuinte norte-americano envolvido nem transferência de risco de bancos privados para organismos multilaterais.

Neste sentido, o Plano Brady está muito longe de ser uma solução final, como supõe-se em alguns países. O objetivo não é chegar a grandes reduções da dívida, mas manejar algumas situações específicas, como a do México. Na visão desta fonte, o México está sendo usado como o desejado caso de sucesso, cujo exemplo deveria ser seguido, e a Argentina caminha para ser o exemplo de caso de fracasso, tendendo a ser cada vez mais abandonada nos esquemas internacionais de negociação. O Brasil fica no meio-termo e dependendo, dramaticamente, do que vier a tomar até meados do próximo ano, já sob a nova administração.

O contexto econômico dos próximos anos, em sua opinião, será preocupante para os países devedores. A economia norte-americana deverá entrar em recessão, em 1990-91, em consequência de um movimento, já iniciado, de alta dos juros. As exportações norte-americanas, ao contrário dos últimos dez anos, deverão crescer menos, com reflexos negativos sobre a taxa de crescimento e, especialmente, sobre o ânimo protecionista do Congresso, que certamente vai crescer.

Neste contexto, não há muito a esperar do Congresso. Como ficou claro numa conversa do grupo com o deputado Bruce Morrison, democrata influente, membro do subcomitê que cuida de questões relativas à dívida, o tema de fato não sensibiliza em especial os congressistas nem a opinião pública dos Estados Unidos.